

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Ex.^{mo} Senhor Presidente do Júri,

Em sede de pedido de esclarecimentos relativos ao procedimento n.º 020/2022-DLO/ML, sob a designação: “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E DE TOPOGRAFIA PARA A LINHA TCSP – HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO – ODIVELAS – INFANTADO”, e ao abrigo do artigo 50.º do CCP, vem a SOCARTO, Lda., colocar as seguintes questões:

- I. O Artigo 17.º do Programa de concurso define o modelo de avaliação das propostas. Concretamente, as alíneas a) e c) do n.º 6 referem o seguinte:

“a) A pontuação de 1 (um) ponto será atribuída às propostas cujo prazo seja igual ao prazo de execução máximo previsto no Caderno de Encargos: 150 dias para entrega dos trabalhos objeto do contrato;

b) ...

c) A pontuação de 12 (doze) pontos será atribuída às propostas cujo prazo seja igual ou inferior a 120 (cento e vinte dias) para a entrega dos trabalhos objeto do contrato.”
- II. O n.º 2 da Cláusula 7.ª do Caderno de Encargos refere o seguinte:

“2. No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do contrato, o Adjudicatário deverá obrigatoriamente proceder à entrega ao ML da Cartografia à escala 1/1000 do conjunto do traçado, bem como à instrução do processo de homologação junto da Direção Geral do Território (DGT).”

 - 1) **Considerando o acima exposto, é correto o entendimento que o prazo de entrega da Cartografia, bem como a instrução do processo de homologação junto da DGT é de apenas 60 dias, independentemente do prazo total proposto pelos concorrentes para efeitos de pontuação da proposta?**
 - 2) **Tendo em conta a proximidade entre a área de trabalho e o Aeroporto de Lisboa, bem como todas as restrições de voo associadas independentemente do meio aéreo a utilizar para execução da cobertura aerofotográfica (drone, helicóptero ou avião), é bastante difícil quantificar o tempo necessário para esta atividade. Neste sentido, o prazo previsto para a produção de toda a cartografia à escala 1:1000 com a qualidade necessária para ser aprovada pela DGT, é**

manifestamente insuficiente. Importa também referir que, provavelmente, todos os concorrentes irão comprometer-se a instruir o processo de homologação da cartografia na DGT no prazo de 60 dias, visto que, para cumprirem as obrigações contratuais, terão apenas que instruir o processo, não sendo avaliada nessa fase a qualidade ou a completude da cartografia que for entregue.

Veja-se por exemplo o que se passou com o Município de Lisboa, no contrato para “*Produção de cartografia numérica vetorial à escala de 1:1.000 para o Concelho de Lisboa – Lotes 1 a 4*”, em que a cartografia referente aos Lotes 2 e 4 demorou sensivelmente 4 (quatro) anos a ser homologada, desde a data da submissão do processo na DGT, já que existiu a necessidade (imposta pela DGT) de diversas correções e submissão de várias versões da cartografia. **Face ao exposto, solicitamos que nos esclareçam se o prazo para produção da cartografia à escala 1:1000, incluindo a execução da cobertura aerofotográfica, é mesmo de apenas 60 dias, ou se se trata de um lapso.**

III. A Cláusula 19.ª do Caderno de Encargos refere o seguinte:

*“1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente pelo incumprimento de data e prazo de execução da prestação de serviços, o ML **pode exigir** ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do preço contratual.*

*2. Pelo incumprimento do prazo da entrega da Cartografia, exigido no n.º 2 do artigo 7.º do presente Caderno de Encargos, o ML **pode exigir** ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, no montante de 1% (um por cento) do preço contratual por cada dia de atraso, limitando ao máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual.*

*3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o ML **pode exigir-lhe** uma pena pecuniária até 20% (vinte por cento) do preço contratual.”*

- 3) Constatando-se que nos três números acima transcritos o Metro de Lisboa (ML) utiliza a expressão “pode exigir”, perguntamos se o ML irá realmente exigir o pagamento das penalizações em caso de incumprimento, ou se esta é apenas uma possibilidade? No contrato do Município de Lisboa acima mencionado e apesar de estarem previstas penalidades por incumprimento, o Município optou por não exigir o pagamento de qualquer sanção pecuniária, apesar do incumprimento da cocontratante ter sido de mais de 4 anos.**

*

Solicita-se o esclarecimento das questões levantadas, atendendo a que no nosso entender, os pontos aludidos são fundamentais para a SOCARTO avaliar se tem, ou não, condições para apresentar proposta ao presente procedimento.

Com os melhores cumprimentos,

SOCARTO, LDA.